

CARTOGRAFIAS DA MEMÓRIA EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

VIVIANE SILVA ALVES¹; CAROLINE ARAÚJO PIRES²; SUZANA ROLL
MUNSBERG³; RAFAEL GUEDES MILHEIRA⁴; ROSANA APARECIDA RUBERT⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – annyarydgya@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – carolineapires@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – suroll@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – milheirarafael@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – rosru@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho se propõe a discutir a possibilidade de reconstituição de memórias, com enfoque para os distintos processos de formação do território, em comunidades remanescentes de quilombos do município de Piratini. A atividade resulta da articulação entre dois projetos de extensão: “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em comunidades Quilombolas e Indígenas” e “Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia”.

Essa reconstituição de memórias se dará por meio de uma perspectiva multidisciplinar, especialmente entre a antropologia e a arqueologia. A antropologia traz seu arcabouço teórico e prático no entendimento das redes e códigos presentes em uma determinada comunidade. A arqueologia, por sua vez, os conecta com o concreto. Anteriormente a arqueologia era vista apenas com a tarefa de “interpretar o passado”, sendo, portanto, a “expressão materializada desse passado” (LIMA, 1988), já nos dias atuais, o passado tornou-se mais fluido, sem barreiras fixas e a produção de conhecimento ganha um caráter histórico, social e político, dialogando com a comunidade de uma maneira simétrica. Essas relações simétricas vêm sendo discutidas no âmbito da arqueologia pública, que configura um conjunto de ações e reflexões acerca de, para quem, interessa os conhecimentos produzidos pela arqueologia, de forma que essas venham a afetar realmente a sociedade (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003).

Com base nessa simetria entre pesquisadores/comunidade propomos a elaboração de uma cartografia do espaço, representando marcos espaciais e simbólicos, surgidos durante a formação do território quilombola, sendo realizada para e com a comunidade. Com isso se consolida em um documento as memórias e histórias marcadas como cicatrizes, tanto na paisagem quanto na memória, agora não mais secretas e particulares, mas oficiais, podendo servir, informar, dialogar e orgulhar um povo que muito vem lutando pelos seus direitos.

Segundo RUBERT (2008 p.178,179)

Se a história da comunidade é narrada na ponta da língua é porque a ponta do dedo não hesita em apontar os marcadores do território ocupado, transformando porções da natureza (taperas, frutíferas, ervas de chá, sementes raras, fontes, etc.), devidamente investidas de significação pelo grupo, em matérias expressivas que evocam diretamente os antepassados e/ou parentes, já ausentes ou não. As relações afetivas são ancoradas, enraizadas no chão comunitário por meio dos seus representantes não humanos, que desencadeiam longas narrativas (“causos”) sobre quem os plantou ou fabricou quem forneceu a muda/semente, as experiências vividas em conjunto. É nesse sentido que nesses coletivos em que os fatos

significativos e os recursos estéticos e cognitivos são codificados, sobretudo, pela oralidade, a não fragmentação do território torna-se condição para o não esfacelamento da memória coletiva, ou seja, de todo um patrimônio intangível.

ARRUTI (2006) diz que a memória enfrenta uma disputa com o silêncio, pois muitas vezes aqueles mais “antigos” decidem por silenciar histórias e casos pertinentes ao histórico de suas vidas e comunidades por externarem desconfiança com os recém-chegados. O ato de silenciar faria parte de um ethos muito incorporado nas sociedades que ao longo da história sofreram processos discriminatórios que é o caso das comunidades remanescentes de quilombos. Sendo assim trabalhar com a memória exige um cuidado todo especial para que se possa estabelecer uma firme relação com o passado apresentado já que a memória é produto do processo de mobilização, ao mesmo tempo em que o ato de lembrar e instituir tal memória é parte desse processo e não apenas uma mera reprodução de histórias. Já sobre memória coletiva, MAURICE HALBWACHS (1990), diz que essa memória seria o produto das confrontações entre os testemunhos e as lembranças. E dessas confrontações surge o processo no qual se estabelece os fatos, as imagens e os testemunhos, essas três vertentes sempre em um processo construtivo.

2. METODOLOGIA

Este projeto se espelha em outros similares desenvolvidos no país, como o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNC-SA) que objetiva dar autonomia às comunidades para a auto cartografia (uma cartografia participativa), que implica em uma nova forma de leitura cartográfica onde está inserida memórias da comunidade, assim como propiciar o fortalecimento da identidade dos movimentos sociais.

Dessa forma gerando um maior conhecimento sobre os processos de ocupação da região, bem como o fortalecimento da comunidade com vistas ao reconhecimento social e conquista de direitos. São territorialidades específicas, pavimentadas em um diálogo tripartite de identidades coletivas, suportes da memória e agentes sociais. Mapear estes processos de territorialização diferenciada constitui o objeto destas ações de extensão. A cartografia, nesta perspectiva, se mostra como um elemento de combate, sendo a sua produção um dos momentos possíveis para a autoafirmação social. (ALMEIDA, 2011).

O mapeamento se dá a partir do interesse da comunidade e é obtido a partir de dados coletados por GPS que darão origem a croquis e mapas. Um segundo momento envolve a coleta de depoimentos dos moradores com o intuito de produzir a memória coletiva da comunidade e reproduzir nos mapas seus os marcadores de memória. As informações e pontos após recolhidos e analisados em laboratório resultará em uma base cartográfica, onde também serão inseridas fotos, ilustrações e símbolos como casas, locais de atividades produtivas, lugares sacralizados, entre outros, que irão compor as legendas dos mapas. É essa produção que representa o mapeamento social.

Por meio do diálogo entre antropologia e arqueologia, dá-se a etapa de prospecção de campo, em que se procura articular as evidências ou marcas na paisagem com a oralidade. Esses “lugares de memória” serão marcados via GPS e posteriormente estudados e trabalhados com softwares específicos para a elaboração de mapas participativos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho vem sendo desenvolvido inicialmente na comunidade Rincão do Couro, que elegeu este tópico (reconstituição da memória) como uma das principais demandas a ser trabalhada pelo Projeto. Um dos grandes desafios do projeto é desconstruir a linguagem acadêmica para que haja diálogo com as comunidades, para que assim haja uma ampla compreensão e identificação, por parte dos seus integrantes dos produtos finais, moldados em um formato que desperte o interesse do coletivo.

Em algumas saídas a campo já se realizou o georreferenciamento de residências, locais de uso social e lugares de memória. Mas o investimento principal, nesta primeira fase, tem sido o registro da oralidade, que será tomada como referência para o mapeamento e posterior elaboração de produtos finais.

Em uma comunidade que por motivos históricos e, localizada em um estado onde tais grupos se tornam de certa forma “invisíveis” perante a sociedade que valoriza com mais afinco suas origens europeias, essa atividade é de vital importância, pois possibilita um maior reconhecimento e destaque da história e memória dos mesmos. É por meio da propagação dessa memória que tais comunidades, muitas vezes, conseguem se manifestar recebendo mais atenção na sua luta por direitos.

4. CONCLUSÕES

Nos últimos anos a identificação étnica tem recebido maior importância no Brasil com grupos reivindicando sua posição na história e no espaço que é o que acontece com o reconhecimento de territórios ocupados tradicionalmente por determinados grupos, como as comunidades remanescente de quilombos. Estas ações específicas, realizadas pela articulação entre os dois projetos, podem possibilitar a reconstrução da memória, memória essa, escrita no território.

Considera-se que estas ações de extensão permitem que a universidade pública cumpra o seu papel social, colocando a serviço de grupos específicos aparatos tecnológicos e de conhecimento, mas, ao mesmo tempo, reconhecendo e respeitando os saberes e visões de mundo das comunidades sobre as quais intervêm. Contempla-se, nesse sentido, o acesso destas comunidades a produtos e processos que sejam relevantes a elas, assim como, ações pedagógicas para os estudantes para que tenham uma formação pautada não só na competência técnica, mas também em uma consciência cidadã.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

LIMA, T. A. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. **Revista de Arqueologia**. Rio de Janeiro: SAB, v. 5. n.º 1, p. 19-28, 1988.

ALMEIDA, M. B. de. **O Australopiteco Corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola.** 2002.Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE, Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, M. B. de. O Público e o Patrimônio Arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. **Habitus**, v. 1, n. 2, p. 275-295, 2003.

O'DWYER, E. C. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. **Antropolítica**, v.19, p.91-111, 2005.

ARRUTI, J. M. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 200, pp. 333-354.

RUBERT, R. A. Comunidades Negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, G. F.; SANTOS, J. A.; CARNEIRO, L. C. C. (org.). **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Acessado em 08 jul. 2015. Online. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com/>